



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Núcleo de Desenvolvimento Infantil
Curso de Especialização em Educação Infantil
Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 476
e-mail : especializacao.ufsc.ndi@gmail.com - Fone 3721-8921

FRANCIELLI APARECIDA TAVARES DOS SANTOS NARCIZO

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Florianópolis
2012

FRANCIELLI APARECIDA TAVARES DOS SANTOS NARCIZO

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
BOM JESUS**

Artigo submetido ao Curso de Especialização em
Educação Infantil para a obtenção do Grau de
Especialista em Educação Infantil
Orientadora: Prof Mestre Erone Hemann Lanes –
Secretaria Municipal de Educação de Chapecó.

Florianópolis
2012

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Francieli Aparecida Tavares dos Santos Narcizo¹

Resumo: Este artigo é resultado do projeto de observação realizado em creche municipal de Bom Jesus, turma de maternal I, composta por dez crianças, na faixa etária entre vinte quatro e trinta e seis meses, por exigência na conclusão do curso de especialização em educação infantil (lato sensu). Inclui também, minha experiência como gestora à frente da Secretaria de Educação desse município, no período de 2009 a 2011. O estudo realizado teve como objetivo pesquisar os referenciais teóricos e documentos oficiais sobre as políticas públicas, já instituídas no Brasil, a respeito da organização das turmas por faixa etária. Foi possível apresentar alguns apontamentos a respeito da implicação destes referenciais na prática pedagógica da professora observada, constatando a importância também das políticas públicas, na organização das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Organização de Turmas. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões contidas nesse artigo são provenientes do meu trabalho de conclusão do curso de especialização em educação infantil (lato sensu) realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio firmado com o Ministério da Educação (MEC) através da Plataforma Freire. O projeto de observação realizado teve como objetivo analisar a importância da organização das turmas da creche pelo critério da faixa etária, por meio da observação e análise das práticas pedagógicas desenvolvidas com a turma de maternal I, composta por dez crianças, na faixa etária entre vinte quatro e trinta e seis meses.

O processo de observação considerou o planejamento da professora, o protocolo de avaliação, construído com os professores desse município e a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil que está sendo construída e traduzida em objetivos claros, traçados a partir da realidade das crianças e da comunidade local. Foi elaborado no ano de 2011, o Sistema Municipal de Ensino, que regulamenta o funcionamento da Educação Infantil, especificando a organização dos grupos e a relação professor/criança. Observei e questionei aos professores sobre esse processo de organização que ocorreu no decorrer do ano e suas implicações nas práticas pedagógicas.

¹ Professora de ensino fundamental formada pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras/PR. Gestora de educação infantil e ensino fundamental. E-mail: educarsempre09@gmail.com. Orientada pela mestra Erone Hemann Lanes professora de educação infantil vinculada a secretaria municipal de educação de Chapecó. E-mail: eronehl@gmail.com.

O projeto de observação propiciou o conhecimento do histórico da Educação Infantil no Brasil, as concepções que historicamente orientam os profissionais, as diretrizes legais bem como a organização educacional da instituição observada. Sendo assim, contribui também para reflexão sobre meu trabalho na gestão desse município, indicando alterações necessárias, para garantir mudanças significativas nas práticas pedagógicas desenvolvidas. Os documentos oficiais que traduzem as políticas para a educação infantil foram instrumentos fundamentais nesse processo, considerando que para a realização dessas mudanças, muito estudo prévio foi necessário, principalmente sobre acerca desses documentos que organizam as turmas em creches por faixas etárias.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS: ALGUMAS CONQUISTAS

O primeiro documento oficial que normatizou as diretrizes pedagógicas para educação infantil foi a Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 208, inciso IV e artigo 211, estabelecem o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade e delibera sobre a organização do regime de colaboração entre união, estados e municípios e as obrigações de cada um.

A partir daí, cada vez mais o Ministério Público passou a atuar no sentido de garantir o direito da criança à creche e à pré-escola. Esse direito diz respeito a uma educação de qualidade e não somente de garantia da matrícula.

Para esclarecer e dar maior objetividade ao ensino público brasileiro a LDB foi aprovada em 1996, estabelecendo um marco na trajetória de integração creche e pré-escola, de integralização da educação infantil. Para Didonet:

O principal é a definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Esta conceituação é sua carta de alforria. Sai da inferioridade conceitual que as etapas posteriores lhe atribuíam (preparatória, não obrigatória), reforça seu objetivo e efeito educacional (início do processo educacional, do desenvolvimento e aprendizagem) e lhe dá tal relevância que, a partir dessa definição, não tem lógica pensar o edifício educacional da pessoa começando na segunda etapa, ou seja, no ensino ainda chamado de fundamental. (DIDONET, 2009, p.5)

A partir desta data, uma série de documentos foram lançados pelo MEC, compondo o cenário da legislação referente à Educação Infantil. Em 1995 foi

organizado um documento estabelecendo objetivos e critérios sobre a qualidade na Educação Infantil, como: espaço físico, saúde, formação de pessoal, entre outros. Esse documento é tido como referência para regulamentações a serem adotadas pelos conselhos para autorizar e orientar o funcionamento das instituições de educação infantil em seus estados e municípios.

Na sequência, preocupado com as práticas pedagógicas, em 1998 o MEC lança o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, composto por três (03) volumes. Desenvolvido com o objetivo de servir como um guia de reflexão sobre conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Ele é fruto de um amplo debate nacional, do qual participaram professores e diversos especialistas.

O referencial citado serviu e ainda serve de base para algumas instituições de educação infantil, principalmente para aquelas em que os documentos produzidos pelo MEC em 2006 e 2009 ainda não foram discutidos ou foram engavetados na secretaria municipal de educação e não chegaram às mãos dos professores envolvidos com o processo educacional.

O primeiro volume é a Introdução e apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, o segundo se refere a Formação Pessoal e Social contém o eixo de trabalho que favorece, os processos de construção da identidade e autonomia das crianças. O terceiro intitulado Conhecimento de Mundo contém seis documentos relativos aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento.

Tal documento apresenta a criança como sujeito histórico e social, com capacidades próprias de agir e pensar o mundo, que utiliza diferentes linguagens no processo de apropriação de conhecimento, sendo a apropriação deste um trabalho de criação, significação e ressignificação.

A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL, 1998, 1v, p. 21).

De acordo com o referencial, uma criança saudável é capaz de aproveitar e desenvolver seu potencial biológico, emocional e cognitivo em um dado momento histórico e em dada cultura. Ou seja:

A promoção do crescimento e do desenvolvimento saudável das crianças na instituição educativa está baseada no desenvolvimento de todas as atitudes e procedimentos que atendem as necessidades de afeto, alimentação, segurança e integridade corporal e psíquica durante o período do dia em que elas permanecem na instituição (BRASIL, 1998, 3v, p. 50-51)

No entanto, é importante destacar que algumas críticas foram empregadas a estes referenciais. Cerisara (1999) reafirma o quanto foi prematura a elaboração desse documento, uma vez que ainda persiste a necessidade de um amadurecimento da área, inclusive para saber se cabe dentro da especificidade da educação infantil um documento denominado Referencial Curricular, em função dos sentidos que o termo “currículo” carrega. Para ela:

[...] a educação infantil pela sua especificidade ainda não estava madura para produzir um referencial único para as instituições de educação infantil no país. Os pesquisadores e pesquisadoras da área revelam nestes pareceres que o fato de a educação infantil não possuir um documento como este não era ausência ou falta, mas sim especificidade da área que ainda precisa refletir, discutir, debater e produzir conhecimentos sobre como queremos que seja a educação das crianças menores de sete em creches e pré-escolas. (CERISARA, 1999, p.44)

Nesse contexto o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil precisa ser lido como um material, entre tantos outros, que podem servir para as professoras refletirem sobre o trabalho a ser realizado com as crianças de 0 a 6 anos em instituições coletivas de educação e cuidado públicos, pois salienta-se que as instituições ou sistemas de ensino não precisam adotar o Referencial a não ser que opte por fazê-lo.

Como orientação nacional a área dispõe das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que de forma clara apresentam as diretrizes obrigatórias a serem seguidas por todas as instituições, definindo os fundamentos norteadores que as Propostas Pedagógicas devem respeitar, a partir dos seguintes princípios: éticos e da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do

respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Diante destas orientações legais, em maio de 2008, iniciaram-se os trabalhos na instituição que atuo, com base nos documentos acima citados. Por participar do processo de implementação da creche, posso relatar que as atividades tiveram início em meio a muitas dúvidas e equívocos, porém com a intencionalidade de realização de um bom trabalho. Entre estes equívocos pode-se destacar a existência de critérios para matrícula, os pais não acompanhavam os filhos na adaptação, desde o primeiro dia as crianças eram entregues aos responsáveis no portão da instituição, as turmas não divididas por faixa etária (pelo fato do número de crianças matriculadas ainda ser pequeno), a maioria dos brinquedos eram guardados fora do alcance das crianças e disponibilizados somente nos momentos de brincadeira. Tínhamos e ainda temos problemas estruturais na instituição.

A visão dos pais e até mesmo de alguns funcionários era puramente assistencialista, dificultando ainda mais o trabalho pedagógico que já era realizado com objetivo de garantir os direitos da criança ao desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, educativo, além do atendimento de suas necessidades básicas de higiene e alimentação.

Baseados no plano nacional e estadual de Educação, em 2011, o Plano Municipal Decenal para Educação foi coordenado por uma comissão, debatido por todos os profissionais da educação e comunidade e aprovado legalmente. Nele estão previstas as seguintes metas para Educação Infantil: fortalecer a concepção de educação infantil; oportunizar a criança viver a infância em plenitude; consolidar uma política municipal para a infância que considere a criança como sujeito de direito; expandir gradativamente a oferta de vagas públicas, para crianças de zero a seis anos de idade.

Destaca-se que em 2009, a instituição de educação de 0 (zero) a 3 (três) anos passou a pertencer a Secretária Municipal de Educação. Nesse ano, foi desenvolvido um trabalho com apostilas a partir da turma de maternal 2 em conjunto com o Sistema Educacional Unibrasil (SEU). Os professores receberam formação em duas etapas, nelas as atividades e a condução das mesmas foram discutidas baseadas na proposta histórico-cultural Vigotskiana.

Nesse mesmo ano, em conjunto com os professores foi construída uma proposta pedagógica superficial para a Educação Infantil, sem debates ou envolvimento de pessoas conhecedoras de documentos oficiais e suas interpretações. As concepções de criança e infância permaneceram confusas, baseadas nos aspectos biológicos

“maturacionais” e, em outros momentos dando ênfase ao convívio social e cultural para o pleno desenvolvimento, citando o aspecto emocional meramente como um sentimento. A proposta era bastante frágil, e praticamente não foi utilizada pelos professores, pois sua interpretação variava de professor para professor, porém, todos concordam que o objetivo da instituição de 0 (zero) a 5 (cinco) anos é educacional e não somente assistencial, conscientes da necessidade de propiciar as melhores condições para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças de acordo com a faixa etária de cada grupo.

No início de 2010 a Secretaria Municipal de Educação recebeu do MEC exemplares do documento Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, volume 1 (um) e 2 (dois), que despertaram atenção da equipe gestora. A partir desse momento os documentos são estudados, debatidos com a contribuição dos estudos realizados durante o curso de especialização em Educação Infantil oferecido pela UFSC, juntamente com os demais profissionais atuantes na instituição principalmente por meio de atuação pedagógica e gestão, atentando e com maior consciência sobre os direitos das crianças de zero a seis anos, os critérios para atendimento que respeitem esses direitos, bem como os indicadores de qualidade para educação infantil.

Em 2011, as turmas foram divididas de acordo com a faixa etária, materiais pedagógicos foram adquiridos visando possibilitar as crianças, através da mediação profissional, a fantasia, a criatividade, a participação e criticidade, auxiliando na formação de seres sociais e históricos. Neste ano também foi implantado um sistema de avaliação tendo como objetivo nortear o professor nas suas ações, pois estabelece requisitos básicos que devem ser dominados pela criança de acordo com sua faixa etária.

Neste contexto, de acordo com as diretrizes para a educação infantil, destaca-se que:

O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar. (BRASIL, 2006b, p.17).

Também foi estabelecido com os professores um protocolo de acompanhamento infantil, esse organizado pela fonoaudióloga e Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. O mesmo propõe observar o desenvolvimento infantil, trazendo conceitos a serem priorizados, respeitando a fase de desenvolvimento em que a

criança se encontra e buscando desenvolver aspectos fundamentais: cognitivos, socioafetivos, linguagem e comunicação, motricidade fina e ampla.

No decorrer do ano de 2011 a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com seus servidores, consolidam a construção do Sistema Municipal de Ensino, esse debatido e a espera de aprovação do Poder Legislativo desse município.

Pautando-se nessas discussões organizou-se o ensino desse município pensando na relação número de crianças por professor, em que fosse possível atender as crianças da Educação Infantil de forma adequada e com número limitado de crianças, visando melhor aprendizagem e desenvolvimento infantil, bem como melhoria do trabalho do professor.

Essa organização ficou assim sistematizada:

a) Na educação infantil em pré-escola de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos: 20 alunos para cada professor docente, com carga horária de vinte horas semanais;

b) Na educação infantil em creche de seis meses a 3 anos:

- Em berçário I: até 6 (seis) crianças para cada professor docente com carga horária de vinte horas semanais e um auxiliar com carga horária de 30 horas semanais;
- Em berçário II: até 7 (sete) crianças para cada professor docente com carga horária de vinte horas semanais e um auxiliar com carga horária de 30 horas semanais;
- Em maternal I: até 12 (doze) crianças para cada professor docente com carga horária de vinte horas semanais e um auxiliar com carga horária de 30 horas semanais;
- Em maternal II: até 15 (quinze) crianças para cada professor docente com carga horária de vinte horas semanais e um auxiliar com carga horária de 30 horas semanais.

A organização das turmas por faixa etária e a relação de crianças por adulto, estabelece normas de organização nas instituições de ensino do município, promovendo qualidade na educação, pois dá condições dos profissionais dessa área exercer um bom trabalho pedagógico, respeitar as especificidades de cada criança, planejar atividades que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem, observar e respeitar as necessidades das crianças.

Apoiar a organização em pequenos grupos, estimulando as trocas entre parceiros, incentivar a brincadeira, dar-lhes tempo para desenvolver temas de trabalho a partir de propostas prévias, oferecer diferentes tipos de materiais em função dos objetivos que se tem em mente, organizar o tempo e o espaço de modo flexível são algumas formas de intervenção que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. As iniciativas dos professores favorecem a intenção comunicativa das crianças pequenas e o interesse de uma pelas outras, isso faz com que aprendam a perceber e a levar em conta os pontos de vista dos outros, permitindo a circulação das idéias, a complementação ou a resistência às iniciativas dos parceiros. A oposição com os parceiros, por exemplo, incita a própria argumentação, a objetivação do pensamento e o recuo reflexivo das crianças. (MACHADO, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais pontuam que, para ser professor de crianças pequenas exige-se uma competência polivalente, abrangendo desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares dialogando com as famílias, buscando informações para o trabalho que desenvolve. A observação, o registro, o planejamento e a avaliação são instrumentos essenciais para a atuação qualificada na ação docente.

Por isso, ressalta-se a necessidade de o profissional de Educação Infantil possuir formação adequada, que possa atender as demandas do cargo, dessa forma os Auxiliares Educativos na Rede Municipal de Ensino, a critério da administração deverão, como requisito mínimo, cursar magistério em nível médio ou curso superior na licenciatura plena de Pedagogia ou normal superior, em cumprimento da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Há uma grande necessidade de que os auxiliares na educação infantil tenham formação mínima, pois se buscamos a melhoria na qualidade na educação infantil, estes profissionais necessitam perceber a importância das atividades realizadas por eles com as crianças, para que não vejam como natural e simples o que realizam em sala e sim como elementos de aprendizagem, interação e aquisição de novos conhecimentos pelas crianças. Contudo, além da formação mínima, o órgão responsável pela execução da educação infantil do município necessita estar atento a preparar continuamente seus profissionais. As nossas crianças são cidadãos e necessitam de serviços de qualidade que

garantam seus direitos, respeitem sua heterogeneidade, valorize suas escolhas, seus valores garantam o princípio da igualdade, pois as creches são espaços de socialização e educação.

Nesse contexto, considerando a observação realizada, os diálogos estabelecidos com os profissionais da instituição, bem como da experiência adquirida como gestora de uma instituição educativa em processo de implementação, evidenciou-se a necessidade de as condições de materiais, de infraestrutura, a organização das turmas, dos conteúdos, as condições de trabalho do professor, entre outros, também serem salubres buscando a proteção à saúde dos alunos e professores e às condições didáticas pedagógicas para a qualidade da educação.

A observação possibilitou a comprovação das orientações teóricas quanto à importância da organização dos espaços e dos materiais para que se constituam em um instrumento fundamental na prática educativa desenvolvida com as crianças. Pequenas atitudes como adequar a disposição do mobiliário dentro da sala, introduzir materiais novos ligados aos projetos em curso ou ainda planejar momentos no pátio e em diferentes locais da instituição, permite que a aprendizagem transcenda o espaço da sala de aula, enriquecendo e potencializando as aprendizagens. No entanto, notou-se que a organização desses momentos é possível com a adequação das turmas de acordo com a faixa etária, pois permite que as ações de educação e cuidado sejam melhor desenvolvidas pelo professor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2008) indicam a importância da estruturação dos espaços e materiais, pois qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Segundo este documento, espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição.

No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência desses objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos.

Assim, na creche onde foi realizada a observação e que atuo como gestora a organização das turmas segue as propostas do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação. Dispor os grupos de crianças, observando a faixa etária busca a

qualidade no ensino, pois essa divisão proporciona ao professor uma melhor orientação do seu planejamento, pois conhecedor da etapa de desenvolvimento em que as crianças estão estabelece estratégias e desenvolve atividades que visem impulsionar a aprendizagem.

Importante também destacar as ressalvas apresentadas nos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2006), quando dizem que a qualidade não pode ser pensada exclusivamente em função do que é oferecido em cada instituição, pois depende também do apoio e da orientação oferecidos pelo poder público. Dessa forma, um sistema educacional de qualidade é aquele em que instâncias responsáveis pela gestão respeitam a legislação vigente, possuem papéis definidos, competências delimitadas e apóiam financeiramente administrativa e pedagogicamente as instituições a eles vinculadas. Ao refletir sobre o que é um sistema educacional de qualidade, de acordo com os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2006), percebe-se claramente que a qualidade está vinculada à gestão, organização, apoio aos professores e acesso a materiais pedagógicos adequados.

Nesse sentido, este documento orienta sobre a organização em agrupamentos ou turmas de crianças nas instituições de Educação Infantil, considerando a importância de uma organização flexível, prevista na proposta pedagógica. A descrição apresentada no documento considera os grupos ou turmas de crianças organizadas por faixa etária (1 ano, 2 anos, etc), ou envolvendo mais de uma faixa etária (0 a 2, 1 a 3 , etc). Leva em conta também a quantidade equilibrada de meninos e meninas e as características de desenvolvimento das crianças, além da relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professores ou professoras de Educação Infantil por agrupamento variando de acordo com a faixa etária: um professor para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos; um professor para cada 15 crianças de 3 anos; um professor para cada 20 crianças acima de 4 anos.

Considerando também que a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1996 explicita no artigo 30, capítulo II que: “A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças até três anos de idade; e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos” e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2008) adota a mesma divisão por faixas etárias contempladas nas disposições da LDB/1996. Nota-se que esses documentos buscaram apontar possíveis regularidades relacionadas aos aspectos afetivos, emocionais, cognitivos e sociais das crianças das faixas etárias abrangidas.

Em face disso, pode-se analisar que os documentos norteadores da educação infantil, estão preocupados com a formação da criança antes da mesma iniciar sua vida escolar no ensino fundamental, pois a base deve ser formada na educação infantil.

A opção pela organização dos objetivos, conteúdos e orientações didáticas por faixa etária e não pela designação institucional creche e pré-escola pretenderam considerar a variação de faixas etárias encontradas nos vários programas de atendimento, nas diferentes regiões do país, não identificadas com as determinações da LDB/1996.

Para tanto, os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2008) mencionam que tão importante quanto pensar nos agrupamentos por faixa etária é refletir sobre o número de crianças por grupos e a proporção de adultos por crianças. Quanto menores as crianças, mais desaconselhados são os grupos muito grandes, pois há uma demanda de atendimento individualizado. Até os doze meses, é aconselhável não ter mais de seis crianças por adulto, sendo necessária uma ajuda nos momentos de maior demanda, como por exemplo, em situações de alimentação. Do primeiro ao segundo ano de vida, aproximadamente, aconselham-se não mais do que oito crianças para cada adulto, com ajuda em determinados momentos. Posteriormente, no momento em que as crianças deixam as fraldas até os três anos, pode-se organizar grupos de doze a quinze crianças por adulto. Quando as crianças adquirem maior autonomia em relação aos cuidados e interação de forma mais independente com seus pares, entre três e seis anos, é possível pensar em grupos maiores, mas que não ultrapassem vinte e cinco crianças por professor.

A razão adulto/criança, porém não pode ser um critério isolado. Mesmo que as proporções acima sejam respeitadas, há de se considerar que grupos com muitas crianças e muitos professores não resolvem as necessidades de um trabalho individualizado e cria um ambiente inadequado.

Assim, a organização institucional do tempo, do espaço, e do grupo de crianças possui íntima relação com a construção das experiências e vivências desses profissionais do trabalho da educação infantil suas relações com as crianças, seus saberes específicos sobre o desenvolvimento infantil. Um espaço e o modo como é preconizado resulta sempre em idéias, das opções, dos saberes das pessoas que nele habitam. Portanto, o espaço de um serviço voltado para as crianças traduz a cultura da infância, a imagem da criança, dos adultos que organizam; é uma poderosa mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças (GALARDINI, 1996, p.6).

Entende-se que a divisão das turmas por faixa etária vem a organizar e garantir direitos mínimos das crianças, porém professores e gestores precisam partir do entendimento de que as crianças aprendem juntas, nas relações com o outro, com crianças maiores e menores, que essas experiências impulsionam sua aprendizagem, estabelecendo relações de confiança, amizade, respeito.

Considerando as discussões já apresentadas, salienta-se que na creche observada cada professor realiza seu planejamento anual e após quinzenal, baseados no protocolo de avaliação que foi elaborado a partir de critérios básicos de desenvolvimento para cada faixa etária. As atividades não são realizadas por tema ou por projeto, no entanto, há reuniões periodicamente com os profissionais, que visam organizar atividades significativas que são desenvolvidas de acordo com a faixa etária, organizando múltiplas possibilidades de vivências intencionalmente provocadas de aprendizagem e desenvolvimento e ou por centros de interesses.

Os professores, juntamente com a gestão, têm procurado mudar a concepção de infância, criança e definir que a aprendizagem e desenvolvimento estão relacionados e ocorrem cotidianamente. Sendo assim, a partir do mês de outubro de 2011 os profissionais da educação (gestores, professores, monitores e demais profissionais) com acompanhamento da equipe da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) estão formulando a proposta curricular da educação infantil.

A expectativa é que após a construção desse documento toda a equipe trabalhe na mesma concepção, com base nos mesmos conceitos e realmente possam atender as crianças de maneira a proporcionar seu desenvolvimento considerando-as sujeitos sociais e históricos. Para tanto, a organização pedagógica da instituição vem sendo melhorada, os conceitos, o planejamento das ações pedagógicas, os tempos e espaços foram revistos visando respeitar as etapas de desenvolvimento da criança, possibilitando o desenvolvimento da autonomia e identidade, enquanto sujeitos capazes e ativos possuidores de sua própria história. Nesse sentido, as orientações para organização do trabalho pedagógico, passam a estar pautadas na consciência de que:

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento. (BRASIL, 2009, p.07)

Em minhas observações, por meio do contato direto com as crianças, professores, monitores e funcionários da creche, pude visualizar as mudanças decorrentes pela organização dos espaços e pela divisão das turmas por faixa etária, vivenciei um ambiente organizado, havendo uma seqüência de atividades planejadas pelo professor e atuação pedagógica com cunho educativo.

As atividades que foram realizadas durante as observações na turma do maternal I, executadas pelas professoras, promoveram a aprendizagem, pois explicitavam intenções de desafios, com diferentes graus de complexidades, propondo as crianças a avançarem em seus conhecimentos, através de observações, desenhos, pinturas, atividades de representação e de linguagem. Essas atividades mediadas pelos professores demonstraram diferentes estruturas didáticas, considerando a importância da interação com o outro, através das vivências e troca de experiências.

O processo de desenvolvimento infantil se realiza nas interações, que objetivam não só a satisfação das necessidades básicas, como também a construção de novas relações sociais, com o predomínio da emoção sobre as demais atividades. As interações emocionais devem se pautar pela qualidade, a fim de ampliar o horizonte da criança e levá-la a transcender sua subjetividade e se inserir no social. (ABREU, 2006, p.02)

Esse autor reforça o pressuposto de que a educação propicia à criança o acesso aos conhecimentos sistematizados e acumulados que colaboram na ampliação do significado dos conceitos espontâneos. Embora cada uma delas percorra caminho diferente, a articulação do conceito cotidiano com o científico está intimamente relacionada.

Outro ponto a destacar na observação da creche é sobre a organização diária do trabalho educativo, havendo horários estabelecidos para seqüência de atividades, organização do tempo, horário para atividades pedagógicas específicas, hora da alimentação, do sono, da brincadeira e de momentos livres. Nessa organização a instituição visa criar um ambiente de cuidado considerando as necessidades das diferentes faixas etárias, percebendo que as crianças pequenas se caracterizam por um ritmo de crescimento e desenvolvimento físico variado, de modo que as ações de educação e cuidado se articulam nesse processo.

Os momentos de organização com os cuidados com o corpo são previstos como, lavagem de mãos, uso dos sanitários, o banho se necessário. Verificou-se que a higiene oral está ocorrendo somente no horário do almoço em virtude de que as cubas são altas e as crianças necessitam subir em uma cadeirinha para alcançar. Esse fato sobre a higienização oral retrata um problema de infraestrutura existente na instituição.

O planejamento das professoras ocorre no momento em que as crianças dormem, estas trocam idéias e seguem seu planejamento anual, a partir do protocolo de acompanhamento.

Segundo Machado (1993) é importante considerar que o caráter pedagógico do trabalho não está na operação em si, mas na postura que assume o professor no trabalho que realiza. Por exemplo: brincar de massinha pode ser simplesmente um momento de explorar diferentes formas, cores ou tamanhos, meio que usualmente entendemos estar desenvolvendo a coordenação motora, ou ser compreendido como mais um espaço de vivência que possibilita às crianças partilhar significações, experimentar através de diferentes linguagens e interações e a elaboração de novos significados.

Nessa perspectiva o planejamento precisa organizar todos os momentos de efetiva ação na educação infantil, tendo referência aos conhecimentos a serem desenvolvidos no processo de desenvolvimento das crianças, pautadas em interações dialógicas professor/criança e criança/criança, não se constituindo em uma ação baseada no autoritarismo nem no mero espontaneísmo, ou seja, na mera reprodução das situações cotidianas.

Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender cuidar de si. No entanto, na perspectiva que integra o cuidado, educar não é apenas isso. Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. (BRASIL, 2009, p.10)

Dessa forma, o trabalho na creche exige, além de organização, afeto e dedicação, extrema atenção aos acontecimentos; a cada reação das crianças, as evoluções destas ou reações incomuns.

Nesse sentido, o planejamento da prática pedagógica desenvolvida pelo professor torna-se imprescindível para alcançar os objetivos desejados com o grupo e

individualmente com cada criança. Através do planejamento flexível, que tenha como pressuposto que imprevistos ocorrem e que, muitas vezes, surgem outros focos de interesses momentâneos, o professor, mesmo valorizando outros acontecimentos diversos, evita o improviso, foca-se nas ações educativas mesmo nos momentos de cuidado. Sem planejamento essas ações educativas do cuidar parecem inexistentes, como também as ações de cuidado nos momentos que parecem ser somente educativos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse Brasil tão imenso regulamentar a educação infantil é de fundamental importância, dar normas e diretrizes a essa etapa da educação infantil, nos traz novas perspectivas para um atendimento de qualidade aos municípios pequenos, que são responsáveis por institucionalizar e regulamentar o funcionamento das creches em seus municípios. No projeto de observação, pude conhecer um pouco dos documentos oficiais que norteiam a educação infantil e também sobre a legislação, essas informações auxiliaram-me em constituir políticas para a educação infantil do município de Bom Jesus, políticas estas que refletiram de imediato na organização das salas, planejamentos e orientações pedagógicas, mesmo ocorrendo modificações tão importantes, tem-se a certeza que temos muito a fazer junto as práticas pedagógicas e também nas questões de infra-estrutura e suportes pedagógicos na instituição.

Sendo assim, considera-se que as conquistas observadas até o momento são de grande importância, pois por possuir apenas três anos, está em processo de construção de sua identidade, mesmo encontrando dificuldades de infra-estrutura, demanda de profissionais qualificados, está mostrando aos poucos a comunidade local o verdadeiro papel da educação infantil, desestruturando os modelos estabelecidos pelo senso comum, priorizando a educação de qualidade, respeitando as crianças em seu desenvolvimento, assumindo a responsabilidade da educação coletiva das crianças e complementando a ação das famílias.

Nas reflexões exigidas para a construção da Proposta Pedagógica e do Sistema Municipal de Ensino, as ações da creche evidenciam como objetivo principal o de promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, garantindo a elas o processos de apropriação de conhecimentos e a aprendizagem de

diferentes linguagens, assim como o direito a proteção, a saúde, a liberdade, ao respeito, a dignidade, a brincadeira, a convivência e a interação com o adulto e outras crianças.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23)

Visto que o percurso educativo entrelaça todos os momentos do dia, remete a situações de cuidado, brincadeiras, de diálogo entre crianças e adultos, crianças entre si e adultos também. São as aprendizagens orientadas de forma integrada que contribuem para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com outras, em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Assim, em face do tema estudado, observa-se que as mudanças na educação infantil surgiram para melhorar a qualidade do ensino, buscando suprir as necessidades e as demandas, possibilitando o desenvolvimento das habilidades das crianças de forma a garantir o atendimento aos direitos e necessidades dos principais sujeitos desse processo, por isso a educação infantil necessita ser pensada como o pilar das fases seguintes da educação.

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Alberto. **Psicologia da Infância**. Filosofia 18/07/2006. Disponível em: <http://albertoabreu.wordpress.com/2006/07/18/psicologia-da-infancia-de-wallon/trackback/> acesso: 12/07/11.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2006.v.1-2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação Básica**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília: Parecer CNE/CEBN, 20/2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Resolução n.4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais da Criança**. Brasília, 2. ed. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica. **Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Ensino Fundamental de nove anos. Orientações Gerais. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo Direito da Criança de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC,SEB. 2006.

DIDONET, Vital. **Fragments da história da Educação Infantil no Brasil**: algumas reflexões. (OMEP) Organização Mundial para e Educação Pré-Escolar, 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. **O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Reformas**. Educ. Soc., Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p.326-345. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/> acesso em 16/04/2012.

GALARDINI, Anna Lia. **Lugares para crescer**: projetos e experiências nos serviços pré-escolares na Itália. IV Simpósio Latino Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 anos. II Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília, nov. 1996.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **Exclamações, interrogações e reticências na instituição de educação infantil**: uma análise a partir da teoria sócio-interacionista de Vygotsky. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.119p.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.